



Ministério da Educação

## ATA DE REUNIÃO

**Ata da 1ª Reunião da Instância Permanente de Negociação e Cooperação Federativa entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios realizada em 2021.**

**Reunião Virtual por meio da Plataforma Teams**

**Data: 04/02/2021 Horário: 09h30 às 12h30**

### Participantes

Membros da Instância Permanente, de acordo com a Portaria MEC nº 874, de 22 de outubro de 2020:

#### **I - Representantes do Ministério da Educação:**

**1. Pela Secretaria de Educação Básica: Izabel Lima Pessoa, Secretária, Coordenadora Titular da Instância Permanente, e Mauro Luiz Rabelo, Secretário Adjunto, Coordenador Suplente.**

2. Pela Secretaria de Alfabetização: **Carlos Francisco de Paula Nadalim**, Secretário, Titular;
3. Pela Secretaria de Modalidades Especializadas de Educação: **Ilda Ribeiro Peliz**, Secretária, Titular, e **Fabício Storani de Oliveira**, Diretor de Políticas para Modalidades Especializadas de Educação e Tradições Culturais Brasileiras, Suplente;
4. Pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE): **Gabriel Medeiros Vilar**, Diretor de Gestão e Articulação de Projetos Educacionais, Suplente;
5. Pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep): **Gustavo Henrique Moraes**, Coordenador-Geral de Instrumentos e Medidas Educacionais, Suplente.

#### **II - Representantes dos Estados e do Distrito Federal, das regiões político-administrativas do Brasil, indicados pelo Conselho Nacional de Secretários de Educação - Consed:**

1. Pela Região Norte: **Leila Perussolo**, Secretária de Estado da Educação de Roraima, Suplente;
2. Pela Região Sudeste: **Vítor Amorim de Ângelo**, Secretário de Estado da Educação do Espírito Santo e Vice-presidente do Consed pela Região Sudeste, Titular; e
3. Pela Região Centro-Oeste: **Maria Cecília Amendola da Motta**, Secretária de Estado da Educação de Mato Grosso do Sul e Presidente do Consed, Titular.

#### **III - Representantes dos Municípios, das regiões político-administrativas do Brasil, indicados pela União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação - Undime:**

1. Pela Região Norte: **Vilson Sena de Macedo**, Dirigente Municipal de Educação de Espigão do Oeste/RO e Presidente da Undime Região Norte, Titular;

2. Pela Região Nordeste: **Aléssio Costa Lima**, Dirigente Municipal de Educação de Alto Santo/CE e Presidente da Undime Região Nordeste, Titular;
3. Pela Região Sudeste: **Luiz Miguel Martins Garcia**, Dirigente Municipal de Educação de Sud Mennucci/SP e Presidente da Undime, Titular, e **Vilmar Lugão de Britto**, Dirigente Municipal de Educação de Jerônimo Monteiro/ES e Presidente da Undime Região Sudeste, suplente;
4. Pela Região Centro-Oeste: **Carlos de Souza Lobo**, Dirigente Municipal de Educação de Vianópolis/GO e Presidente da Undime Região Centro-Oeste, Titular; e
5. Pela Região Sul: **Marli Regina Fernandes da Silva**, Dirigente Municipal de Educação de Apucarana/PR e Vice-presidente da Região Sul, Suplente.

**Convidados, conforme o art. 11 da Portaria MEC nº 1.716, de 3 de outubro de 2019:**

1. **Alexandre Anselmo Guilherme –Coordenador-Geral de Formação de Professores da Educação Básica - CGFORP/Difor/SEB/MEC.**
2. **Alexsander Moreira – Coordenador-Geral de Apoio às Redes e Infraestrutura Educacional – CGARE/Dare/SEB/MEC**
3. **Andrea Araujo Pereira – CGINF/SEB/MEC**
4. **Catarina Mendonça Ferreira Lima Pinheiro – CGINF/SEB/MEC**
5. **Cláudia Lopes – SED/MS**
6. **Daniel Prado Machado – Sealf/MEC**
7. **Edione Pires Cabral - SEB/MEC**
8. **Eduardo Federezzi Sallenave (Sealf/MEC)**
9. **Getúlio Marques – Secretário de Estado de Educação do Rio Grande do Norte.**
10. **Gilson Passos de Oliveira – Diretor de Políticas para as Escolas Cívico-Militares/DPECIM/SEB**
11. **Greicilene da Silva Lima – SEB/MEC**
12. **Gustavo Mendes Rodrigues Paraguassu – CGINF/SEB/MEC**
13. **Helber Ricardo Vieira – Diretor de Políticas e Diretrizes da Educação Básica/DPD/SEB/MEC**
14. **Jeane Campos de Carvalho – Semesp/MEC**
15. **Mauro Lucio de Barros – CGINF/SEB/MEC**
16. **Nilce Rosa da Costa – Secretária Executiva/Consed**
17. **Patrícia Barbosa Gatts – Assessora da Superintendência de Tecnologia da Informação/ SED/MS**
18. **Paulo Sérgio Parro – Coordenador-Geral de Projetos e Gestão da Informação - CGINF/SEB/MEC**
19. **Renata Dias- Comunicação Social/Undime**
20. **Renato de Oliveira Brito – Diretor de Formação Docente e Valorização dos Profissionais da Educação/DIFOR/SEB/MEC**
21. **Vivian Ka – Secretária Executiva/Undime**

**Ata**

Constatada a existência de quórum, a Secretária de Educação Básica e Coordenadora Titular da Instância Permanente, Sra. Izabel Lima Pessoa, deu início à reunião saudando a todos os presentes e apresentando os pontos de pauta da reunião, a saber:

- Informes gerais;
- Painel de monitoramento da educação básica no contexto da pandemia de Covid-19;
- Apresentação do guia para os novos prefeitos, gestores e técnicos municipais acerca dos programas e ações do FNDE; e
- Projetos para 2021.

Na sequência, a Sra. Izabel Pessoa indagou se estavam todos de acordo com os itens da pauta e se teriam algum ponto a acrescentar, ao que a Sra. Vivian Ka, Secretária Executiva da Undime, perguntou se a plataforma do PAR seria tratada durante a reunião. A Sra. Izabel esclareceu que o Sr. Alexander Moreira iria fazer uma apresentação sobre o PAR e sua nova plataforma.

Iniciando então o primeiro ponto de pauta, **Informes Gerais**, a Sra. Izabel Pessoa passou a palavra ao Sr. Paulo Parro, responsável pela Secretaria-Executiva da Instância Permanente, o qual informou que o prazo para o preenchimento dos questionários enviados às Secretarias Estaduais e Municipais de Educação, bem como às escolas de educação básica, relativos às ações desenvolvidas no período da pandemia de Covid-19, havia sido prorrogado até o dia 12 de fevereiro de 2021. Nesse contexto, considerou que seria interessante que a Undime e o Consed fizessem um movimento de sensibilização dos secretários de educação para que respondessem a esses questionários.

Em seguida, o Sr. Paulo Parro passou a tratar do segundo ponto da pauta, apresentando os resultados mais recentes do desenvolvimento do **Painel de Monitoramento da Educação Básica no Contexto da Pandemia de Covid-19**. Primeiramente, lembrou que o Painel estava constituído em duas frentes: uma frente educacional, que seria alimentada com os dados coletados pelos questionários enviados a todas as Secretarias Estaduais e Municipais de Educação, bem como a todos os Gestores de Escolas da Educação Básica; e uma frente sanitária, com dados extraídos do Datasus.

Relatou o Sr. Paulo Parro que, até o momento, haviam sido enviados 9 questionários pelas Secretarias Estaduais ao Ministério da Educação. Outros 3 questionários haviam sido preenchidos, porém não enviados, e 15 ainda estavam pendentes de preenchimento. Quanto às Secretarias Municipais, 641 haviam enviado os questionários preenchidos.

No que se refere às escolas, das 140.119 cadastradas no PDDE Interativo, 33.546 haviam enviado os questionários preenchidos, sendo 7.559 das redes estaduais, 25.924 das redes municipais e 23 da rede federal.

Continuou explicando o Sr. Paulo Parro que a ideia era disponibilizar as informações educacionais desde a escala nacional, passando por estados e municípios, e chegando a algumas informações no nível das escolas, juntamente com informações sanitárias, criando alguns indicadores que permitissem aos usuários do Painel observar a evolução da pandemia nos seus estados, municípios, bairros ou distritos. Uma das preocupações, segundo o Sr. Paulo Parro, era a preservação de informações mais sensíveis referentes aos questionários.

Destacou que a ideia era de apresentar várias camadas de informações, como a localização das unidades de saúde que tiveram ocorrências de casos de Covid-19, as escolas, os municípios e estados, e que se possa filtrar as informações desejadas. Ressaltou ainda que o MEC está negociando com o Datasus/Ministério da Saúde a disponibilização das informações referentes à execução do plano de vacinação.

O Sr. Mauro Rabelo, Secretário Adjunto de Educação Básica, complementou afirmando que os dados já estão trabalhados com informações sanitárias e que, no ano de 2020, houve uma boa articulação com o Ministério

da Saúde, momento em que foram disponibilizadas as bases de dados sobre a Síndrome Gripal Leve e a Síndrome Respiratória Aguda, para a equipe que está desenvolvendo o Painel, as quais são atualizadas semanalmente e serão cruzadas com as respostas dos questionários.

Segundo o Sr. Mauro Rabelo, embora o trabalho já tenha evoluído, ainda não foram inseridas as respostas dos questionários, pois o prazo de preenchimento foi prorrogado para o dia 12/02/21, a pedido da Undime, em virtude das mudanças na gestão dos municípios. Assim, os cruzamentos das informações somente poderão ser realizados após esse período. Acrescentou que o dia 12 é uma data de corte para a avaliação dos resultados e alimentação do Painel, mas que posteriormente pode ser estabelecida nova data para a entrega dos questionários que faltarem para realimentar o Painel, a fim de que fique cada vez mais completo.

Destacou o Sr. Mauro Rabelo que o trabalho foi realizado com base no Censo Escolar de 2019 e que está sendo discutida com a Universidade Federal de Goiás - UFG, responsável pelo desenvolvimento do Painel, a viabilidade da atualização do mesmo com as informações recentemente divulgadas do Censo Escolar de 2020. Explicou que era preciso analisar se essa atualização não geraria conflito com as informações de base, oriundas do PDDE Interativo, que foi carregado com os dados do Censo Escolar de 2019.

Acrescentou o Sr. Mauro Rabelo que a intenção era que o Painel pudesse ser disponibilizado o mais rapidamente possível, mas são muitos os atores envolvidos para se conseguir concretizar essa ação. Nesse sentido, a Sra. Izabel Pessoa reforçou o pedido para que os presentes colaborem na sensibilização sobre a importância da resposta aos questionários, a fim de que essa ferramenta possa ser disponibilizada a todos. O Sr. Paulo Parro reiterou a solicitação da Secretária Izabel Pessoa, comentando que a Undime havia alcançado 77% dos municípios na 3ª onda da pesquisa que havia realizado e, em seguida, perguntou como haviam conseguido um percentual tão elevado.

Em resposta, a Sra. Vivian Ka afirmou que a Undime tinha feito uma mobilização com as seccionais das secretarias executivas, bem como realizado uma divulgação em suas mídias. Em seguida, solicitou que a SEB compartilhasse a relação dos municípios que haviam respondido, para que pudessem fazer um monitoramento mais fino do processo, de forma a ajudar no trabalho das seccionais. No entanto, ressaltou que houve um percentual elevado de troca de gestores no início do ano e a Undime, naquele momento, ainda estava atualizando os contatos dos novos secretários e a situação dos municípios, e que essa situação iria prejudicar o percentual de respostas.

O Sr. Vilmar de Britto, representante da Undime pela Região Sudeste, comentou que um dos problemas era o cadastro dos prefeitos e secretários no sistema. Afirmou que havia recebido uma planilha da seccional do Espírito Santo informando que poucos municípios haviam conseguido a liberação da senha e que estava sendo informado pelo Governo Federal que havia algumas dificuldades e inconsistências e que as senhas, aos poucos, iriam ser liberadas. Acrescentou que seria necessário verificar no MEC como está a situação do cadastro dos novos dirigentes e dos que permaneceram, bem como o monitoramento da liberação de senhas.

Nesse sentido, o Sr. Aléssio Lima, representante da Undime pela Região Nordeste, indagou à Sra. Izabel Pessoa se seria possível obter do FNDE quantos secretários já estão com as senhas liberadas. Em resposta, o Sr. Gabriel Vilar, representante do FNDE, informou que não haviam retirado as senhas dos prefeitos reeleitos, o que corresponde a mais de 2 mil prefeitos, e, dos prefeitos novos, mais de 2 mil já haviam sido cadastrados. Segundo ele, a expectativa do FNDE era de finalizar o cadastro ainda em fevereiro.

O Sr. Aléssio Lima então observou que estava se referindo aos secretários, que muitas vezes mudam mesmo no caso da reeleição dos prefeitos. O Sr. Gabriel Vilar respondeu que esse número ainda não havia sido levantado, pois são os próprios prefeitos que cadastram os secretários, mas se comprometeu a fazer esse levantamento e enviá-lo.

Ainda em resposta ao Sr. Aléssio Lima, o Sr. Alexander Moreira, representante da Dare/SEB, informou que estavam liberando naquele dia o Plano de Ações Articuladas – PAR, onde o prefeito vai ter a oportunidade de incluir o dirigente de educação e, assim, será feita a integração com o sistema do PDDE Interativo. Informou

ainda que no dia anterior havia sido enviada uma orientação para todas as secretarias com essas informações e que iriam buscar viabilizar esse cadastro também diretamente no PDDE Interativo.

O Sr. Vilmar de Britto reforçou a solicitação da Sra. Vivian Ka a respeito do envio de uma planilha por estado com os municípios que já responderam, para possibilitar a adequada mobilização das seccionais. Em seguida, a Sra. Vivian Ka reiterou a necessidade de receberem também a relação dos dirigentes municipais de educação que já estão cadastrados e com senhas liberadas.

Na sequência, a Sra. Leila Perussolo, representante do Consed pela Região Norte, observou que, considerando o baixo percentual de respondentes em Roraima, tinha chamado a coordenadora estadual do PDDE Interativo e perguntado sobre as escolas estaduais que haviam respondido, ao que a referida coordenadora comentou que os coordenadores estaduais não estavam conseguindo senha para acessar o PDDE Interativo e, portanto, não conseguiam fazer o acompanhamento das informações que estão sendo prestadas pelas escolas por dentro do sistema. A coordenadora comentou também que já havia feito várias solicitações ao MEC para habilitá-la no sistema. Além disso, segundo ela, muitos gestores estavam mencionando que suas senhas estavam inabilitadas e não estavam conseguindo habilitá-las novamente. Assim, a Sra. Leila Perussolo sugeriu que se verificasse se isso está acontecendo apenas em Roraima, ou se em outros estados também, e que alguém das secretarias estaduais possa ter senha de acesso ao PDDE Interativo para acompanhar o preenchimento das informações das escolas, como havia anteriormente.

O Sr. Mauro Rabelo então propôs como encaminhamento que, no dia 12 de fevereiro, seja iniciado o preenchimento do Painel com as informações que estiverem disponíveis no momento, que o questionário continue aberto para preenchimento e que, uma ou duas semanas após, se faça nova carga de informações no Painel, porque esperar por 70 ou 80% de resposta iria tornar o processo muito demorado. Paralelamente, a SEB e o FNDE iriam resolvendo as questões de cadastramento e senha e encaminhariam as listas solicitadas.

Com relação ao problema referido pela Sra. Leila Perussolo, o Sr. Alexander Moreira se comprometeu a verificar se isso estava ocorrendo apenas no estado de Roraima, ou se era uma questão generalizada, e verificar a possibilidade de haver um coordenador no PDDE Interativo para verificar o preenchimento.

Nesse momento, a Secretária de Educação Básica, Sra. Izabel Pessoa, passou a palavra para o Diretor de Gestão e Articulação de Projetos Educacionais do FNDE, representante suplente dessa autarquia, Sr. Gabriel Vilar, para que apresentasse o Guia para Novos Prefeitos.

O Sr. Gabriel Vilar explicou que se trata de uma publicação com quarenta e nove páginas; inicia-se com apresentações do Ministro da Educação e do Presidente do FNDE; contém orientações sobre como navegar pelo Guia e linha do tempo com os prazos mais importantes a serem cumpridos nesse primeiro trimestre de 2021.

Quando o representante do FNDE expôs a sessão de “Passos Básicos” do Guia, onde se aborda a necessidade de cadastro dos novos usuários no SIMEC, o Secretário de Educação de Alto Santo/CE, representante da região Nordeste na Undime, Sr. Aléssio Lima questionou como está a situação dos cadastros dos novos secretários de educação. O Sr. Gabriel Vilar se comprometeu a levantar a situação desses dirigentes, mas explicou que mais de 2.500 prefeitos já foram cadastrados, ou seja, mais de 80% dos prefeitos têm cadastros ativos e aqueles reeleitos tiveram seus cadastros mantidos.

Continuando a apresentação, o Sr. Gabriel Vilar mostrou que o Guia para Novos Prefeitos contém o passo a passo para cadastro e habilitação de novos usuários. Além de prazos para envio de dados do SIOPE e das prestações de contas dos programas do FNDE, informando que a Diretoria responsável por essas tarefas no FNDE está empenhada em liberar os acessos ao SIOPE com a maior agilidade possível, além de manter os usuários ativos que continuam a ocupar os mesmos cargos apesar da mudança de gestão.

Outros pontos apresentados referem-se aos saldos nas contas específicas dos programas do FNDE; transferências voluntárias, destacando que, apesar de algumas dificuldades, mais de mil Termos de Compromisso foram gerados somente em janeiro do ano corrente e a previsão é encerrar a fila ainda em

fevereiro de 2021; compras governamentais, lembrando a expectativa de breve lançamento do pregão de ônibus escolares; e uma série de explicações sobre os Programas do FNDE, como PNLD e PNAE.

Por fim, o Diretor Gabriel Vilar observou que o Guia é uma publicação bastante técnica e está disponível no site do FNDE. Além disso, informou que, entre os dias 8 e 11 de fevereiro, o FNDE oferecerá uma capacitação para os novos técnicos e gestores educacionais em parceria com a SEB/MEC. Estando a programação disponível no site do FNDE, a capacitação contará com os seguintes temas: PAR e obras; Novo Fundeb e SIOPE; PNAE e PDDE; Caminho da Escola, PNLD e SiGPC. Para não avançar muito no tempo da reunião, o representante do FNDE propôs encerrar sua apresentação e se colocou à disposição para sanar possíveis dúvidas.

A Secretária Executiva da Undime, Sra Vivian Ka, solicitou a palavra para perguntar se havia informações sobre criação dos Conselhos Municipais do Fundeb, ao que o Diretor Gabriel Vilar respondeu que a diretoria responsável está finalizando o material e que esse tema está incluso na capacitação mencionada anteriormente.

Não havendo mais dúvidas, a Secretária Izabel Pessoa passou a palavra ao Diretor Substituto de Articulação e Apoio às Redes de Educação Básica (Dare) da SEB, Sr. Alexander Moreira para falar sobre o PAR e a Plataforma +PNE.

O Sr. Alexander Moreira iniciou explicando a contextualização do PAR no sentido de efetivar o regime de colaboração, por meio do apoio da União aos Estados, Municípios e DF em programas de assistência ao educando, tendo em vista o PNE e parâmetros de qualidade. Apresentou também o objetivo do PAR: promover a melhoria da qualidade da educação básica pública, observadas as metas, diretrizes e estratégias do PNE e a plataforma +PNE surgiu para cumprir o que a lei do PNE determina. Esclareceu que o PAR não é um programa, nem política e sim uma ferramenta de planejamento multidimensional e plurianual da política de educação para todas as esferas de governo. Mostrou também o marco legal do Plano, destacando a recente Portaria MEC de 25 de janeiro do corrente ano, que instituiu a Plataforma +PNE e a Resolução nº 4, que foi publicada em maio de 2020, mas passará a vigorar a partir da presente data, por ocasião do lançamento do 4º Ciclo do PAR.

O Sr. Alexander Moreira continuou sua apresentação esclarecendo que a Plataforma +PNE é um instrumento para o monitoramento e a avaliação dos planos de educação dos Estados, do DF e dos Municípios, ou seja, os planos subnacionais. Trata-se de um instrumento de apoio, não sendo obrigatória sua utilização na totalidade. No entanto, de forma mínima, devem-se preencher as metas e estratégias dos planos subnacionais e ligá-las ao Plano Nacional e aos indicadores do PAR. O Diretor Substituto esclareceu que isso é uma recomendação do TCU constante do Acórdão nº 1048/2020. O mencionado órgão de controle propõe que se façam correlações entre as iniciativas e determinações da lei do PAR e as metas, estratégias e indicadores do PNE.

Nesse sentido, o MEC está lançando a plataforma e o módulo no SIMEC do PAR4. O MEC também fará uma série de capacitações para os articuladores e coordenadores que trabalham na ponta. Apresentou a estrutura de articuladores e ressaltou a importância do apoio de Consed e Undime para execução desse trabalho. Disse que, oportunamente, haverá tratativas entre o MEC e os colegiados mencionados, pois, a participação de todos é essencial para efetivar a governança da estrutura apresentada.

A seguir, o Sr. Alexander Moreira mostrou as dimensões do PAR, esclarecendo que, em conformidade com a Lei, a elaboração do PAR é precedida de um diagnóstico estruturado em quatro dimensões. Esclareceu as novidades dessa nova edição do Plano: precedência das informações do +PNE e disponibilização das informações que já fazem parte do Censo Escolar. Isso fará diferença principalmente nos indicadores da dimensão relacionada à infraestrutura.

O Diretor substituto da Dare/SEB prosseguiu mostrando, de forma esquemática, os macro processos da execução do PAR; o trabalho de otimização para a publicação das atuais vinte e cinco de iniciativas do PAR 2021-2024, segundo a Resolução nº 4/2020, com previsão de acréscimo de mais duas, sendo uma delas

referente à educação em tempo integral; considerações sobre a assistência técnica prestada pelo MEC, com a essencial parceria de Consed e Undime.

O Sr. Alexander Moreira concluiu repetindo que a principal inovação dessa nova edição do PAR consiste no fato de que o diagnóstico trará indicadores com base nas informações que constam do Censo Escolar além das informações que já foram preenchidas no PAR3, o que facilita a elaboração do Plano pelos entes federados. Ratificou também que esse novo ciclo está seguindo as determinações e orientações do Acórdão TCU nº 1048/2020, pois se trata de um texto muito amplo que versa sobre o monitoramento das metas do PNE e questões relacionadas à Instância Permanente de Negociação, assim como ao PAR. Por fim, colocou a si e sua equipe técnica à disposição para esclarecer dúvidas.

A Secretária Izabel Pessoa reforçou a importância das mudanças implementadas no diagnóstico como forma a facilitar o trabalho dos novos gestores, pois o carregamento de dados do INEP e do IBGE fornece praticamente um mapa da situação da respectiva rede. Lamentou o fato de o tempo não permitir a apresentação da plataforma, lembrou a existência das capacitações e colocou a si, juntamente com sua equipe técnica à disposição para sanar dúvidas.

Nesse momento, a Secretária de Estado de Educação de Mato Grosso do Sul, Maria Cecília Amendola da Motta, elogiou o mapa sobre cada rede de educação que estará disponível no PAR4. O Sr. Alexander Moreira esclareceu que, representando o Consed, a elaboração da plataforma contou com a colaboração da Secretaria de São Paulo, seja com sugestões, testes e apontamento de erros já devidamente corrigidos. A Undime também contribuiu com a participação do Secretário de Goiânia. O titular substituto da Dare/SEB ponderou que o MEC gostaria de ter ampliado essa consulta à ponta, mas, foi feito o possível. Agradeceu as contribuições dos órgãos colegiados e esclareceu que a Plataforma Conviva, com sua capilaridade, inspirou a construção da Plataforma +PNE.

O Secretário Aléssio Lima solicitou confirmação de data de lançamento da plataforma e se o site do FNDE dispõe de orientações, contendo passo a passo para acesso. Ao que o Sr. Alexander Moreira respondeu que a data é o presente dia, 4 de fevereiro de 2021, e o Guia apresentado pelo representante do FNDE já é o início do PAR4, porque contém o passo a passo para habilitação de novos usuários. Acrescentou que a capacitação mencionada também pelo Sr. Gabriel Vilar contará com uma apresentação aprofundada e técnica de como navegar no sistema e de passo a passo. O Secretário então solicitou agendamento de apresentação por meio da Plataforma Conviva e o Sr. Alexander Moreira respondeu que uma apresentação no Conviva está marcada para o dia 22 de fevereiro. Por fim, o representante do FNDE informou que os vídeos de lançamento do PAR4, com as participações do Ministro da Educação, do Presidente do FNDE e da Secretária de Educação Básica serão disponibilizados no site do FNDE em algumas horas (por volta das 12h, daquele mesmo dia).

A Secretária Executiva da Undime, Sra. Vivian Ka, perguntou sobre a previsão de formações específicas sobre a Plataforma +PNE e o Sr. Alexander Moreira esclareceu que elas serão realizadas conjuntamente com as formações do PAR4, pois estão relacionadas, já que as informações a serem prestadas no âmbito da Plataforma +PNE consistem em etapa preparatória para o PAR4. Se, após essas capacitações em conjunto, for identificada necessidade de apresentar a Plataforma +PNE de forma separada, o Diretor substituto da Dare/SEB se colocou à disposição. Além disso, esclareceu que a apresentação prevista para o Conviva trará um foco maior na Plataforma +PNE, a pedido da Undime. O Sr. Alexander Moreira também se colocou à disposição do Consed para capacitações que se fizerem necessárias. Então, a Secretária Vivian Ka perguntou sobre a previsão de início do trabalho dos coordenadores regionais. O Sr. Alexander Moreira esclareceu que, antes de o MEC fazer o chamamento para compor o time de coordenadores regionais, realizará tratativas com a Undime e o Consed para acordar como será o desenho e o trabalho dessa equipe. Já sobre os articuladores locais, os dirigentes municipais e secretários estaduais já os podem indicar, pois eles serão os atores da ponta.

Nesse momento, a Secretária Izabel Pessoa perguntou aos presentes se o Consed e a Undime gostariam de tomar a palavra. Apesar de o MEC não ter recebido propostas de pautas desses órgãos, na condição de Coordenadora da Instância, a Secretária da SEB abriu a palavra aos representantes dos Estados e Municípios.

Ao que a atual presidente do Consed, Sra. Cecília Motta, respondeu que o mais adequado seria passar sua palavra para o presidente eleito do referido colegiado, o Sr. Vitor de Angelo, Secretário de Estado de Educação do Espírito Santo, representante da região Sudeste no Consed.

O Sr. Vilmar de Britto, Dirigente Municipal de Educação de Jerônimo Monteiro/ES e Presidente da Undime região Sudeste, solicitou a palavra para perguntar à Secretária da SEB se o governo federal tem algum planejamento imediato de apoio ao ensino a distância. Argumentou que o ensino híbrido é uma realidade em seu estado e imagina que isso o seja para todo o país. No entanto, ao menos os municípios de seu estado têm tido dificuldades de arcar com os investimentos necessários para prover essa forma de ensino. Referiu também ter questionado em outros fóruns sobre a possibilidade de utilização do FUST (Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações) para esse fim, mas gostaria de saber especificamente se o Ministério da Educação tem previsão de alguma ação.

A Secretária de Educação Básica respondeu que o MEC está aguardando a votação do orçamento de 2021 no Congresso. A SEB/MEC, juntamente com o FNDE, está avaliando o PIEC (Programa de Inovação Educação Conectada) para verificar de que forma se pode prestar mais apoio aos Municípios. Mas a etapa anterior a ser vencida é, de fato, a aprovação do orçamento federal. Izabel Pessoa acrescentou que, nessa reorganização do PIEC, está sendo considerado o ensino híbrido; apoio à conectividade nos Estados e Municípios, dentro e fora do ambiente escolar e dispositivos para professores e alunos. A titular da SEB concluiu dizendo esperar ter algo a apresentar em breve, no entanto, esse apoio deve ser bem planejado e articulado para ser viabilizado.

A seguir, o representante da região Nordeste na Undime, Sr. Aléssio Lima, solicitou a palavra e declarou que, na última reunião para o desenho do PAR4, fez a demanda para que os bloqueios aos municípios por inconsistências ou inconformidades não ocorram para a totalidade de iniciativas. Deu exemplo de um bloqueio por obras e argumentou que isso não deveria impedir o repasse de recursos para outro tipo de atividade.

O Diretor Substituto da Dare/SEB respondeu que essa demanda foi acatada e apenas o bloqueio no SIOPE, ou seja, somente questões legais provocarão bloqueio no PAR4. Acrescentou que todas as outras travas foram retiradas, então, desde que o caso não esteja judicializado, mesmo os entes com problemas em obras ou alguma outra situação que precise ser resolvida, poderão ter acesso ao sistema, fazer seu planejamento e pactuar termos. O Sr. Alexander Moreira finalizou dizendo que o representante do FNDE poderia explicar melhor a situação, mas, em linhas gerais, a resposta é “sim”, as chamadas travas administrativas foram retiradas.

O Sr. Gabriel Vilar, apenas acrescentou que, desde o final do PAR3 essas travas administrativas foram removidas, de forma que já houve empenhos sem a observância de travas administrativas. De fato, as questões judiciais não podem ser ignoradas, por isso, as travas legais foram mantidas no PAR3 e serão mantidas no próximo ciclo. O Secretário Aléssio Lima agradeceu a decisão e a elogiou argumentando que isso dará impulso para os entes que mais necessitam, em geral, são os pequenos Municípios que possuem obras de gestões passadas com inconformidades ou inconsistências e, por causa das dificuldades de resolver os problemas do passado, ficam impedidos de acessar recursos no presente.

Nesse momento, a Secretária Izabel Pessoa passou a palavra para o presidente eleito do Consed, Sr. Vitor de Angelo. Ele iniciou cumprimentando a todos os presentes na reunião, informando que a instituição se encontra na iminência da mudança de gestão, mas destacou que dará continuidade à gestão da Sra. Cecília Motta, explicando que ela seguirá como vice-presidente da região Centro-Oeste. Informou, também, que a gestão contará com o Secretário Getúlio Marques, a Secretária Leila Perussolo, o Secretário Comte (RJ) e que existe uma pequena indefinição na região Sul, mas que essa será a equipe que tomará posse no dia 9, reiterando ao MEC o convite para o evento.

Com relação ao planejamento, o presidente eleito explicou que o Consed ainda irá validar uma proposta com o colegiado na terça-feira (09/02). O Sr. Vitor de Angelo pontuou que já foram pensados os temas prioritários para o biênio 2021/2022; que na gestão da presidente Cecília Motta, foi criada pela primeira vez a **Agenda da**



**Aprendizagem** (biênio 2019/2020), explicando que sua gestão dará continuidade à agenda para o biênio 2021/2022. Destacou que a referida agenda contou com muita colaboração da Undime, que teve pautas próprias das secretarias de estado, como o novo ensino médio, por exemplo, mas que tem repercussão na colaboração com as redes municipais, citando o transporte compartilhado no estado do Espírito Santo, como exemplo. Ressaltou que mesmo não tratando de pautas específicas do Consed, sempre estiveram em diálogo com a Undime, enfatizando que foram dois anos extremamente importantes no aprimoramento das relações entre as instituições. Na sequência, pontuou que a agenda foi prevista no contexto totalmente diferente do atual que vivemos, no qual todos foram surpreendidos por uma agenda extra e excepcional, sem planejamento prévio. O Sr. Vitor de Ângelo ressaltou, ainda, que a proximidade com a Undime tem sido muito importante para enfrentar esses desafios, que a intenção é manter esse padrão de relacionamento até o final da legislatura em 2022, para que consigam enfrentar os desafios permanentes da educação e, também, os desafios impostos pela pandemia. Explicou que, apesar das competências distintas dos entes, uma articulação conjunta e coordenada facilitará muito o trabalho dos gestores. Frisou que a **Agenda da Aprendizagem** para 21 /22 retomará os temas da agenda anterior, temas estruturais, e incorporará algumas questões que a pandemia trouxe, como o ensino remoto, questão tecnológica etc. Na reunião do dia 9, será apresentada uma proposta de temas relevantes para o Consed, uma reorganização da frente e estruturação do trabalho que permita avançar em temas sensíveis. Dessa forma, o Consed terá um planejamento bem detalhado para apresentar nas reuniões futuras. Em seguida, explicou que haverá uma tentativa de retomar algumas atividades presenciais, de maneira bem restrita e com a devida segurança, para que possam adaptar-se ao contexto atual. Explicou, ainda, que a referida será presencialmente restrita ao grupo de secretários, com a possível participação do MEC, mas que as organizações e palestrantes participarão remotamente, desenvolvendo um formato híbrido de reunião, podendo se tornar um modelo para reuniões futuras.

Com a palavra, a Secretária da SEB, Sra. Izabel Pessoa, agradeceu a Sra. Maria Cecília Amendola da Motta pela parceria de sempre com o MEC e a parabenizou pelo bom trabalho, em seguida, desejou ao Sr. Vitor de Ângelo muita felicidade, um excelente trabalho e que Deus abençoe sua jornada, destacando que eles poderão contar sempre como apoio do MEC. A Secretária da SEB, Sra. Izabel Pessoa, ressaltou a fala do Sr. Vitor de Ângelo a respeito da parceria com a Undime, explicando que é preciso que todos entendam que, apesar da autonomia das instituições, ninguém consegue fazer nada sozinho, que se os entes não trabalharem conjuntamente, ficará mais difícil vencer os desafios da educação. Ainda, externou sua animação com a continuidade da parceria, enfatizando que é sobre isso que se trata o regime de colaboração.

O Sr. Vitor de Ângelo então pediu a palavra para destacar a importância da relação do Consed com a Undime e com o MEC, explicando que nem sempre a relação aconteceu dessa forma, enfatizando que a chegada da Secretária Izabel Pessoa, além do Secretário Carlos Nadalim, levou o padrão de relacionamento a um outro patamar. Registrou, ainda, que a intenção é melhorar o relacionamento ainda mais, com a Undime e com o MEC, destacando que o Ministério tem papel fundamental na coordenação de algumas ações, sendo uma participação insubstituível. Por fim, enfatizou que esse apoio do MEC é motivo de grande esperança para os próximos anos.

O Sr. Aléssio Lima, enquanto UNDIME, pediu a palavra para complementar a fala do Sr. Vitor de Ângelo e, primeiramente o parabenizou pela eleição na presidência do Consed, ressaltando o trabalho de parceria feito junto com a presidente, Sra. Cecília Mota. Em seguida, a respeito da Agenda de Aprendizagem, destacou que a Undime foi chamada para a construção e consolidação da agenda antes que ela fosse apresentada ao MEC, explicando que mesmo que a discussão já estivesse bem encaminhada, as instituições validaram a agenda incluindo ações que não estavam na agenda inicial para que fosse uma agenda conjunta Consed / Undime. Nesse sentido, questionou ao presidente eleito se essa reunião do dia 9 seria uma Agenda da Aprendizagem do Consed ou se seria um documento para discussão da Undime, explicando que a instituição não valida documentos, mas sim participa da construção. Por fim, parabenizou ao Consed pela iniciativa da criação da agenda, pontuou seus avanços e questionou se gostariam da colaboração da Undime, pois teria que abrir a discussão de documentos com as diretorias, para que possam pactuar ações conjuntas

O Sr. Vitor de Ângelo então esclareceu que a Agenda de Aprendizagem do Consed não se trata de uma agenda em termos de autoria, mas sim de uma agenda construída em conjunto com a Undime. Que a ideia é fazer o mesmo, mas que seguirá um fluxo de debate na diretoria, colegiado e posteriormente a conversa com a Undime.

A Sra. Cecília Motta pediu a palavra para esclarecer que o novo presidente pegou a agenda passada e dará continuidade, ampliando-a. Lembrou que a Undime colocou muita coisa da educação infantil e o Consed completou. Explicou que a frente de trabalho sairá de dentro dessa agenda, ressaltando que ajudará o presidente a manter esse regime de colaboração.

O Sr. Aléssio Lima solicitou que, após o fechamento da primeira rodada da agenda no Consed, seja aberto o documento para ampliar discussão com a Undime, explicando que o regime de colaboração só acontece quando as instituições participam da construção.

A Sra. Cecília Motta concordou e lembrou que no início do regime de colaboração, apesar das trocas periódicas de secretários, foi combinada uma política de estado, independente de governo. Destacou que será feita uma discussão ampla sobre esses temas, que a agenda da aprendizagem não é do Consed, mas sim de todos, inclusive do MEC. Que nesse sentido, esperam que o MEC continue com essa mesma política de estado, esperando que não haja intervenções político-partidárias na agenda da educação. Ressaltou, ainda, que essa foi a primeira ideia da Agenda da Aprendizagem: assegurar uma política de estado forte.

Em seguida, passou-se para o Sr. Getúlio Marques, que cumprimentou a todos e iniciou sua fala sugerindo que a relação discutida se trata de mais uma relação de confiança do que de papel; que se mantenha essa agenda, ainda que ela possa ser rediscutida, mas sempre com uma decisão de política de estado. Por fim, parabenizou a Secretária Izabel Pessoa pela condução da relação entre as instituições (Consed/Undime/MEC) e desejou que possam dar continuidade a essa relação.

Na sequência, a Sra. Izabel Pessoa passou a palavra para o Secretário da Alfabetização, Sr. Carlos Nadalim, que agradeceu a oportunidade e cumprimentou a todos os presentes. Inicialmente, o Sr. Carlos Nadalim agradeceu às palavras do secretário Vitor de Angelo, enfatizando que a Sealf sempre esteve de portas abertas aos representantes estaduais e municipais e que continuará dessa forma, uma vez que a experiência do grupo de trabalho foi excelente. Sobre o tema, explicou que os normativos estão sendo encaminhados, dependendo apenas da Consultoria Jurídica do MEC. Frisou, ainda, que foi uma experiência muito positiva tanto para a Sealf quanto para o MEC, onde participaram representantes da SEB e FNDE, ressaltando que o grupo de trabalho marcou o **Programa Tempo de Aprender**. O Secretário externou que foi muito gratificante para a Sealf ter no vídeo de divulgação o presidente do Consed e da Undime, informando que mais de 4.400 entes federados aderiram ao programa, pontuando que o prazo foi estendido até janeiro deste ano.

Em seguida, o Secretário da Sealf deu início à apresentação das ações estratégicas da secretaria para este ano, explicando que não seria possível explanar tudo detalhadamente, que isso poderia ser feito em outras reuniões. Nessa toada, destacou a **Política Nacional de Alfabetização**, instituída em 2019 e que está em estágio de implementação. Em seguida lembrou da adesão do Brasil ao *Progress in International Reading Literacy Study* – PIRLS, que ocorrerá no segundo semestre deste ano. Lembrou que é necessário a conscientização dos professores sobre a importância desse exame. Em seguida, ressaltou a **Conferência Nacional de Alfabetização Baseada em Evidências – CONABE**, da qual decorrerá o **Relatório Nacional de Alfabetização Baseado em Evidências – RENABE**. Apontou, também, o **Programa Conta Pra Mim**, estruturado em 5 frentes, enfatizando sua qualidade, pois o programa recebeu vários prêmios recentemente, impactando as famílias brasileiras. O Sr. Carlos Nadalim lembrou que no ano passado foi lançada a **Coleção Conta Pra Mim**, visando dar assistência aos professores da educação infantil, que tanto precisavam de materiais no período de isolamento social. Em seguida, destacou que os materiais estão disponíveis gratuitamente no site do MEC e pontuou a importância destes materiais produzidos pela Sealf, uma vez que são os conteúdos mais acessados no site do MEC, demonstrando que estão atendendo aos anseios da sociedade.

Na sequência, o Secretário da Sealf destacou também, as parcerias firmadas com os Ministérios da Cidadania e da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, uma delas, no âmbito do **Programa Criança Feliz**, cujo objetivo, neste ano, será a distribuição de **Kits de Literacia Familiar** a mais de 400 mil famílias que estão cadastradas no programa Bolsa Família. Explicou que o programa não se limitará à entrega dos kits, mas também à formação dos visitantes que irão orientar as famílias. Ressaltou, ainda, um acordo de cooperação técnica no âmbito do **Programa Mães Unidas** – programa piloto. A respeito do relatório do relatório da CONABE, o Secretário Carlos Nadalim informou que será divulgado em breve, dependendo apenas de pequenos ajustes.

Em continuidade, o Sr. Carlos Nadalim destacou o **Programa Tempo De Aprender**, que está sendo estruturado e implementado em 4 eixos e 10 ações, enfatizando ações como a mobilização do MEC para disponibilizar uma ferramenta tecnológica aos professores, público prioritário, e também às famílias. Na sequência, informou que já existem quase 400 mil *downloads* do aplicativo **Grapho Game**, adaptado ao português do Brasil e disponibilizado gratuitamente, destacando que mais de 30 países já fizeram o uso da ferramenta. Explicou, ainda, que as relações com a Finlândia estão se fortalecendo e em breve nos serão apresentadas novas tecnologias e estratégias de ensino.

Posteriormente, o Secretário da Sealf destacou o curso **Alfabetização Baseada em Ciência- ABC**, resultado da parceria Brasil-Portugal, prevendo o intercâmbio de 50 professores brasileiros em Portugal, mas em razão do isolamento social, a programação foi reajustada e convertida para uma formação *on line*. Nesse contexto, explicou que a Capes vai publicar um edital para enviar 50 professores a Portugal neste e no próximo ano. Ressaltou que hoje existem 134 mil cursistas na plataforma AVAMEC realizando o curso **ABC**, ocupando a segunda colocação no portal, atrás do apenas curso **Práticas de Alfabetização**, também da Sealf.

Adiante, o Sr. Carlos Nadalim evidenciou também o curso **Práticas de Produção de Texto**, momento em que agradeceu colaboração do estado do Paraná, ressaltando a importância dos Secretários nas ações do MEC, uma vez que contou com a autorização do Secretário, que disponibilizou os materiais que foram utilizados no estado para a formação de professores, à época a distância. Em continuidade, informou que foi feita uma adaptação desse material precioso para o formato *on line* e que foram disponibilizados quatro módulos, contando com 41 mil cursistas, demonstrando a preocupação da Sealf também com o ensino da escrita, e não só da leitura.

A respeito da importância dos cursos, o Secretário da Sealf apresentou alguns números dos cursos mais acessos do AVAMEC: 1ª colocação: **Práticas de Alfabetização** – mais 4 milhões de acessos e 2ª colocação o curso **ABC**. Na avaliação da Sealf existia uma demanda reprimida, entendendo que os professores querem acessar conteúdos de cunho práticos e, é isso que a Secretaria vem fazendo, sempre respaldada pelas evidências científicas. Destacou, ainda, os cursos que os usuários mais gostaram: na 1ª colocação - **Prática de Alfabetização**; 2ª colocação - **BNCC** na educação infantil e 3ª colocação o **ABC**. Nesse contexto, agradeceu a colaboração da SEB, que desenvolveu a plataforma AVAMEC em 2018.

Seguindo a apresentação das ações estratégicas no âmbito da Sealf, o Secretário Carlos Nadalim destacou o Edital do **PNLD educação infantil**. Lembrou que a Sealf participou das discussões do Grupo de Trabalho e que, pela primeira vez, a educação infantil foi contemplada pelo PNLD, na rede pública de ensino.

Em seguida destacou o processo de **adesão do Brasil ao TIMSS** (*Trends in International Mathematics and Science Study* – Tendências em Estudo Internacional de Matemática e Ciências) que está em andamento. Informou que o Inep já foi oficializado sobre esta adesão. Ponderou que, uma vez que o Brasil já aderiu ao PIRLS, é importante também participar da avaliação (do estudo) sobre o desempenho em Matemática e Ciências. O processo está encaminhado. Quando a adesão ocorrer, anunciará às instituições que integram a Instância Permanente.

Continuando, o Secretário Carlos Nadalim citou novamente o envio de mais de 400 mil kits de literacia familiar para famílias do Programa Criança Feliz. Os kits são relacionados à educação infantil e também aos anos iniciais do ensino fundamental. Informou que os visitantes serão capacitados e que este material visa

preparar as crianças para a inserção na educação formal. Informou ainda que as famílias também recebem orientações acerca dos kits.

Para o próximo item de sua apresentação, o Secretário Carlos Nadalim convidou o seu assessor na SEALF, Sr. Daniel Machado, a explicar a participação do MEC no **Programa “Mães Unidas”**. O Sr. Daniel Machado explicou que este programa é ainda um projeto piloto e trata-se de uma parceria com o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. O projeto atenderá mães e crianças de famílias que se encontram em situação de vulnerabilidade social, abrangendo da gestação até o segundo ano de vida das crianças. Mães serão capacitadas e poderão atuar também como multiplicadoras. Já em 2021 o programa contará com as iniciativas de literacia familiar.

Retomando a apresentação, o Secretário Carlos Nadalim destacou o apoio aos sistemas de ensino, por meio do Programa Tempo de Aprender, sobretudo o aporte de 183 milhões para o pagamento dos assistentes de alfabetização. Lembrou ainda que no ano passado a SEALF realizou aporte de 183 milhões no âmbito do PDDE emergencial.

Na sequência, o Secretário Carlos Nadaliam falou dos subsídios da Sealf à comissão do Conselho Nacional de Educação (CNE) que trata da Base Nacional Comum Curricular, a BNCC. A Sealf está propondo que os conselheiros discutam os capítulos do RENABE na perspectiva de revisão da BNCC, destacando que este processo deve ser inserido nas tratativas do processo de revisão da BNCC.

Organizando sua fala, o Secretário teceu um histórico, em linha de tempo, dos programas da Sealf:

Em 2019 foi lançado o Programa “Conta pra Mim”, voltado à primeira infância/educação infantil;

Em 2020 foi lançado o programa “Tempo de Aprender”, voltado aos anos iniciais do ensino fundamental.

E para 2021 o Secretário avalia que é hora de dar destaque também à **alfabetização de jovens e adultos – Programa Brasil Alfabetizado - PBA**. Fez referência às metas 5 e 9 do PNE e afirmou que a Sealf está também preocupada com o PNE.

Passou novamente a palavra para o assessor Daniel Machado solicitando que explicasse sobre reestruturação do Programa Brasil Alfabetizado (PBA).

O Sr. Daniel Machado informou que a Sealf, ao analisar histórico do PBA e a engenharia do programa, verificou a existência de pontos a serem ajustados e melhorados.

Um destes pontos, seguiu o assessor, é a necessidade de unificar ou definir melhor os conteúdos a serem ministrados. No modelo anterior, cada ente com adesão ao programa realizava a formação dos alfabetizadores. Havia um mosaico de modelos. Cada ente tinha autonomia para contratação. Alguns entes mostraram dificuldade em operacionalizar as contratações, não havia uniformidade de currículo básico e falta de sincronia entre as turmas. Também se verificou dificuldade em monitorar e avaliar os resultados do programa. As informações que existiam indicavam apenas os quantitativos de pessoas e entes. Não havia dados sobre a eficácia do programa. Ao refazer a engenharia do Programa, será apresentado um currículo básico, que poderá ser complementado por cada ente. Será ofertado também um pacote tecnológico. Será oferecido um curso de formação dos alfabetizadores para desonerar os estados e municípios. Estados e municípios que aderirem ao programa receberão o pacote tecnológico e o curso, que será ofertado *online*. Com estas mudanças, espera-se uma maior agilidade, economicidade e capilaridade no âmbito do programa no território nacional.

O Secretário Carlos Nadalim retomou a palavra agora para destacar os sistemas informatizados da Sealf. Falou do **SISALFA** (plataforma de gestão dos programas da Sealf - primeiros módulos já estão em análise), por meio do qual serão monitoradas as ações e realizar o repasse dos recursos, e ainda sobre o **SORA** (Sistema *On line* de Recursos de Alfabetização), ação dentro do Tempo de Aprender. No SORA os professores e coordenadores terão acesso a avaliações formativas, estratégias de ensino, atividades e compartilhamento de experiências. Essas experiências e projetos compartilhados podem ser adaptados, lembrou o Secretário.

Os professores terão liberdade de fazer adequações – ambiente de compartilhamento de boas experiências em alfabetização.

Seguindo com sua apresentação o Secretário Carlos Nadalim voltou a falar do curso ABC (Alfabetização Baseada na Ciência) e também sobre os editais de intercâmbio, que serão lançados, com 50 vagas para formação presencial em Portugal. Os critérios serão estabelecidos. Reiterou que com a participação de Undime e Consed na divulgação desta iniciativa.

Sobre o Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb), informou que segue a interação com Inep. Destacou que foram divulgados os resultados do Saeb segundo ano do ensino fundamental. Lembrou que não foi uma avaliação censitária e que várias pessoas estão pedindo para classificar os alunos para saber quais atingiram os níveis esperados e quais não. Esta demanda está sendo discutida e avaliada com o Inep.

Por fim tratou do curso de formação de gestores educacionais, que é outra ação do Programa “Tempo de Aprender” (Eixo 1). Destacou que a gestão escolar também é um fator importante para resolver o problema da alfabetização. Informou que, em parceria com a Escola Nacional de Administração Pública (Enap), será ofertado um curso de gestão educacional para gestores educacionais que atuam no âmbito da alfabetização. Nos slides projetados, o Secretário mostrou os tópicos (conteúdos) que constam do referido curso. Quando o curso estiver na iminência de ser lançado, será divulgado para Undime e Consed.

Finalizando a apresentação da Sealf, o Secretário Carlos Nadalim agradeceu a atenção de todos e à Secretária Izabel Pessoa pela palavra.

A Secretária Izabel Pessoa agradeceu ao Secretário Nadalim, consultou os demais participantes se havia alguma questão a ser colocada à SEALF. Em seguida passou a palavra à Semesp.

O representante da Semesp, Fabrício Storani, Diretor de Modalidades Especializadas de Educação e Tradições Culturais Brasileiras (DIMESP) suplente, cumprimentou os participantes e justificou a ausência da titular, a Secretária Ilda Peliz. Agradeceu à Secretária Izabel Pessoa pela oportunidade em participar da reunião e aproveitou para atualizar as informações das ações estratégicas que estão em curso na secretaria.

Começou informando sobre o projeto da DIPEBS, sobre **salas bilíngues de surdos**, quando já há um projeto-piloto em Santa Catarina, reunindo cerca de 11 municípios para adesão ao projeto. Será criada uma escola exclusiva de salas bilíngues para o trabalho com estudantes surdos. Destacou que oportunamente Undime e Consed serão chamados para conversar e contribuir sobre este assunto na perspectiva de ativação deste projeto.

Outro tema importante da Semesp refere-se à **PNEE** (Política Nacional de Educação Especial), seguiu o Diretor Fabrício Storani. Fez um apelo aos gestores, tanto secretários novos quanto os que seguem no cargo, que, se tiverem dúvidas ou questionamentos acerca da PNEE, que procurem a Semesp para conversar. Destacou que muita coisa tem sido divulgada que não condiz com o que está previsto no plano. Que não fiquem procurando outros canais pois assim não terão as informações corretas e completas.

Sobre a área da Diretoria de Modalidades Especializadas de Educação e Tradições Culturais Brasileiras (DIMESP), o Sr. Fabrício Storani agradeceu aos secretários de educação pelo empenho quanto ao **PDDE água e PDDE campo**, onde se observa um acréscimo do envio dos planos pelas escolas. Pede que continuem apoiando para que não se espere o tempo limite, que é junho, para a liberação dos recursos. A expectativa é de atingir 1.000 escolas das 14 mil previstas no PDDE campo e do PDDE água deve atingir metade de um dos projetos de 2019 e tem o de 2020 ainda para tocar. Informou que o novo sistema ainda apresenta muita instabilidade, então a opção tem sido pelo trabalho manual. Foram enviados ofícios falando sobre os dois PDDEs, com a relação das escolas contempladas. Pede que verifiquem o recebimento destes documentos. Caso ainda não tenham recebido, escrevam para o e-mail [dimesp@mec.gov.br](mailto:dimesp@mec.gov.br), que será enviado as planilhas. Os ofícios dão o prazo até 31 de março para o envio dos planos de trabalho. Este tempo é necessário para que se consiga cumprir o prazo até o final de junho da liberação dos recursos. Lembra que a preocupação maior é no PDDE campo onde a procura foi baixa e tem poucos planos de trabalho para serem analisados e liberados.

Na sequência, o Diretor falou do projeto de **educação financeira para indígenas**. Trata-se de um projeto-piloto, em parceria com a Comissão de Valores Mobiliários, e já tem um material sendo produzido e já houve uma conversa com comunidades do interior do Pará. Tão logo se consiga avançar nesse projeto, serão atualizadas as informações junto a Undime e Consed e também demandado apoio dos colegiados na adesão ao programa junto às comunidades indígenas.

Seguindo a apresentação, destacou o Plano Nacional de Educação Escolar Indígena que se encontra em tramitação interna no MEC. O plano já foi discutido em 2019 em audiências públicas e em 2020 foi feita a lapidação do material e agora está em tramitação interna no MEC (Conjur e Secretaria Executiva). Tão logo tenha sido concluída a tramitação, será objeto de diálogo com Consed e Undime, antes da efetiva implementação.

Continuando, o Sr. Fabrício Storani lembrou da importância de dar prosseguimento da formação de professores via PAR, sobretudo dos professores indígenas. Destacou que metade dos professores sem a formação básica para lecionar. Trata-se de um problema grave na educação escolar indígena.

Concluindo a apresentação, o Diretor Fabrício Storani se colocou à disposição e aproveitou para situar a área de sua competência, enquanto diretor na Semesp e descreveu ainda as demais diretorias desta unidade. Agradeceu à Secretária da SEB e a todos/as pela atenção.

Retomando a palavra a Secretária Izabel Pessoa, Coordenadora do colegiado, passou a palavra ao representante do Inep, Sr. Gustavo Moraes, para suas considerações.

O Sr. Gustavo Moraes cumprimentou a todos os presentes e aproveitou para atualizar as informações do INEP quanto aos assuntos de interesse da Instância.

Quanto ao Plano Nacional de Educação (PNE), lembrou que o Inep trabalhou junto com a SEB no desenvolvimento da Plataforma +PNE (citada em apresentação da SEB) e que há grandes expectativas para esta plataforma, no sentido de integrar mais as ações, inserir os estudos que são realizados pelo Inep sobre o PNE, sobretudo estudos sobre as estratégias do PNE. Comunicou que neste ano o Inep irá se dedicar às estratégias do PNE, já na perspectiva para o próximo plano nacional (2025/2035).

Seguindo, informou que outro trabalho essencial do Inep neste ano diz respeito ao Fundeb. A nova lei do Fundeb definiu um conjunto de estudos a serem realizados pelo Inep, para ajudar a definir muitas questões do financiamento da educação básica brasileira. O Inep está se esforçando para cumprir o prazo que é até 31 de julho para concluir os estudos que irão orientar a distribuição orçamentária da educação básica brasileira.

Na sequência o Sr. Gustavo Moraes tratou de outro projeto que considera bastante importante que é a avaliação da educação básica. Considerando a BNCC e o Novo Ensino Médio, chamou a atenção para importância de uma nova avaliação da educação básica, que inclusive leve em conta os 5 itinerários formativos. Destaca a questão do 5º itinerário formativo, que trata da formação técnica e profissional. Segundo o Sr. Gustavo Moraes, ainda não temos avaliação sobre esta pauta na educação brasileira. Lembrou das menções do Secretário Carlos Nadalim às metas 5 e 9 do PNE, mas que é preciso lembrar da meta 10 do plano, que é a EJA integrada à educação profissional, lembrando que o mundo inteiro já entendeu que o sucesso da educação de jovens e adultos é preciso integrá-la à educação profissional, atendendo às diferentes expectativas dos jovens e adultos que são bem distintas em relação às outras etapas da educação básica. O INEP então está promovendo uma agenda de debates referentes a avaliação do 5º itinerário formativo do Ensino Médio Integrado à educação profissional. O representante do Inep avalia que estes pontos de pauta merecem a atenção da Instância Permanente de Cooperação Federativa. Concluindo, o Sr. Gustavo Moraes resumiu que são estes os recados principais do INEP para o ano de 2021.

Antes de encerrar a apresentação do INEP, o representante da Undime Nordeste, Sr. Aléssio Lima, pediu a palavra e perguntou ao INEP se haverá realização do Saeb neste ano de 2021, considerando o contexto de ensino remoto ou se isto ainda está sendo avaliado pelo INEP.

Em resposta o Sr. Gustavo Moraes informou que ainda não tem dispõe desta informação.

Aproveitando que estava com a palavra, o Sr. Aléssio Lima se dirigiu à Secretária Izabel Lima e apresentou uma sugestão: que nas próximas reuniões as pautas sejam mais enxutas e que pudessem ter mais tempo para aprofundar determinados temas avaliando que as reuniões ficariam mais objetivas e poderiam ser feitas em tempo menor.

Em réplica, a Secretária Izabel Pessoa destacou que a pauta está até bem enxuta e lembrou que a SEB enviou ofício solicitando indicações de pontos de pauta. Seguindo, avaliou que a questão de fazer em menos tempo passa por apresentações mais objetivas.

Para concluir, a Secretária Izabel Pessoa lembrou a Instância tem duas reuniões ordinárias por ano e que é importante ter uma avaliação de meio. Para isso, propõe que seja realizada uma reunião extraordinária para o meio do ano, para inclusive avaliar como se comporta a questão da retomada das aulas, no contexto da pandemia. Propõe o dia 15 de julho para esta reunião. Juntamente com o Secretário Adjunto, Sr. Mauro Rabelo, justificou que a segunda reunião ordinária do ano está prevista para dezembro, que está muito distante, e por isso é importante essa reunião no meio do ano. O Secretário Adjunto lembrou que, estando todos de acordo, serão enviados ofícios de convocação, no tempo adequado.

Todos concordaram com a data de **15/07, as 09h30**.

Finalizando a reunião, a Secretária Izabel Pessoa, coordenadora do colegiado, informou que as reuniões mais específicas com Undime e Consed serão intensificadas, pois há muitos assuntos a serem tratados. Agradeceu mais uma vez à Undime, ao Consed, às demais secretarias e pessoas do Ministério da Educação e destacou a importância de que todos sigam em frente buscando sempre o melhor para a educação brasileira. Os participantes se despediram e a reunião foi encerrada.



Documento assinado eletronicamente por **Vilson Sena de Macedo, Usuário Externo**, em 01/03/2021, às 09:11, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento da Portaria nº 1.042/2015 do Ministério da Educação.



Documento assinado eletronicamente por **MARIA CECILIA AMENDOLA DA MOTTA, Usuário Externo**, em 01/03/2021, às 11:14, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento da Portaria nº 1.042/2015 do Ministério da Educação.



Documento assinado eletronicamente por **Fabrcio Storani de Oliveira, Diretor(a)**, em 01/03/2021, às 17:24, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento da Portaria nº 1.042/2015 do Ministério da Educação.



Documento assinado eletronicamente por **Alessio Costa Lima, Usuário Externo**, em 02/03/2021, às 15:32, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento da Portaria nº 1.042/2015 do Ministério da Educação.



Documento assinado eletronicamente por **Carlos Francisco Nadalim, Secretário(a)**, em 02/03/2021, às 16:01, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento da Portaria nº 1.042/2015 do Ministério da Educação.



Documento assinado eletronicamente por **Gabriel Medeiros Vilar, Usuário Externo**, em 03/03/2021, às 17:58, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento da Portaria nº 1.042/2015 do Ministério da Educação.



Documento assinado eletronicamente por **Gustavo Henrique Moraes, Usuário Externo**, em 04/03/2021, às 16:46, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento da Portaria nº 1.042/2015 do Ministério da Educação.



Documento assinado eletronicamente por **Vitor Amorim de Angelo, Usuário Externo**, em 04/03/2021, às 17:29, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento da Portaria nº 1.042/2015 do Ministério da Educação.



Documento assinado eletronicamente por **Carlos de Souza Lobo, Usuário Externo**, em 05/03/2021, às 12:21, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento da Portaria nº 1.042/2015 do Ministério da Educação.



Documento assinado eletronicamente por **Mauro Luiz Rabelo, Secretário(a) Adjunto(a)**, em 05/03/2021, às 13:22, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento da Portaria nº 1.042/2015 do Ministério da Educação.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.mec.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.mec.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **2515263** e o código CRC **37AD9829**.